



VICTOR ANDRADE DE MELO

**“Pois temos touros?”:  
as touradas no Rio de Janeiro  
do século XIX (1840-1852)**

---

*Análise Social*, 215, I (2.º), 2015

ISSN ONLINE 2182-2999

---

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9  
1600-189 Lisboa Portugal — [analise.social@ics.ul.pt](mailto:analise.social@ics.ul.pt)



---

*Análise Social*, 215, I (2.º), 2015, 382-404

---

**“Pois temos touros?”: as touradas no Rio de Janeiro do século XIX (1840-1852).** Em meados do século XIX, no Rio de Janeiro surgiu um novo dinamismo social, marcado, entre outras coisas, pela valorização e estruturação do comércio de entretenimentos. Entre as “novidades” encontravam-se as corridas de touros, uma prática que, na verdade, já existia no Brasil desde o século XVII. Este estudo tem por objetivo discutir essa retomada das touradas na cidade, entre os anos de 1840 e 1852, considerando que ao seu redor se manifestaram elementos diversos daquele cenário histórico, nomeadamente algumas tensões relativas à ocupação do espaço público, um debate relacionado com a adesão ao ideário e imaginário da modernidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** touradas; entretenimento; Rio de Janeiro; história do desporto.

**“Do we have bulls”? Bullfights in 19th-Century Rio de Janeiro (1840-1852).** In the mid-nineteenth century a new social dynamism emerged in Rio de Janeiro, marked by changes in mass entertainment. Among the novelties were bullfights, a practice that actually had existed in Brazil since the seventeenth century. This study discusses the resumption of bullfighting in this city, between 1840 and 1852, and addresses its historical antecedents, notably tensions concerning the occupation of public space, a debate related to the ideas and imaginary of modernity.

**KEYWORDS:** bullfight; entertainment; Rio de Janeiro; sports history.

---

VICTOR ANDRADE DE MELO

**“Pois temos touros?”:  
as touradas no Rio de Janeiro  
do século XIX (1840-1852)**

INTRODUÇÃO

É sem dúvida para sentir que a tarde de domingo estivesse tão chuvosa e impedisse a representação do espetáculo da Praça de Touros, onde tencionávamos concorrer, pagando (bem entendido) os nossos cobrinhos, afim de podermos apreciar com o nosso espírito meditando essas cenas em que a natureza, excitada pela arte, nos depara com quadros variados do instinto animal. Em reação com as suas faculdades sensitivas, nos faz ora estalar de riso, e ora estremecer de horror, imprimindo em nosso ânimo ideias mais ou menos aquilatadas das faculdades dos brutos. Aguardamos as próximas representações, permitindo o tempo, para dilatar o nosso entendimento na contemplação de semelhantes espetáculos, contando que o seu empresário não se descuidará de esforçar-se para bem merecer do público.<sup>1</sup>

Proclamada a independência, em 1822, começou a configurar-se melhor no Brasil o que seria um longo processo de debates sobre a identidade nacional e os projetos de nação. No decorrer do século XIX, até mesmo pela vinculação, em diferentes graus, dos monarcas brasileiros com a família real portuguesa, as discussões transitavam, com matizes, entre dois polos: a adoção de uma linha de continuidade com certas “tradições” que vinham do período colonial e a rutura definitiva com tudo o que lembrasse o antigo colonizador, sugerindo-se a adesão a parâmetros observados em países “civilizados” (nomeadamente França e Inglaterra).

Depois de duas décadas muito conflituosas, a antecipação<sup>2</sup> da maioridade de Pedro II, em 1841, paulatinamente surtiu efeito no sentido de manter o país

1 *Diário do Rio de Janeiro*, 18-11-1847, p. 3.

2 Pedro I abdicou em 1831, por seu desejo de interferir nos conflitos que estavam a ocorrer em Portugal, mas também por pressão e insatisfação dos brasileiros. Para mais informações, v. Lustosa (2006).

unificado e conformar, nos mais distintos âmbitos, uma estabilidade necessária para o forjar da nação (Carvalho, 2012). Como sugere Paula (2012, p. 179), a partir de então “consolidou-se um efetivo sistema cultural composto de produtores, veículos e consumidores de bens simbólicos, que por ser, de fato, um sistema, não ficou restrito aos grandes nomes, aos grandes autores”.

O Rio de Janeiro foi-se fortalecendo como centro decisório, como espaço das principais experiências de modernização, como polo irradiador de modas e costumes (Schwarcz, 1998). Progressivamente sintonizada com as novidades que chegavam do “mundo civilizado europeu”, na capital do Império surgiu um novo dinamismo social, marcado, entre outras coisas, por uma valorização e estruturação do comércio de entretenimentos, relacionados, inclusive, com uma sociedade civil mais organizada, que desejava, e necessitava, de expor publicamente os seus símbolos de *status* e distinção. O quadro era diferente daquele das duas primeiras décadas do Brasil independente, quando os divertimentos públicos basicamente se resumiam ao teatro e aos bailes (além das festas religiosas).

Entre as “novidades” que surgiram no âmbito do entretenimento, encontravam-se as touradas. Essa prática, na verdade, já existia no Brasil desde o século XVII, inclusive no Rio de Janeiro (Melo, 2013a e 2013b). Todavia, desde 1822, quando foi desmontada uma importante praça de curros que se localizava no Campo de Santana, a cidade ficara sem corridas de touros. Em 1840, houve uma breve temporada, que antecedeu outra maior, de seis anos, realizada na transição para os anos 1850. Depois de uma série de conflitos, após 1852 as touradas praticamente deixaram de existir até à década de 1870.

Este estudo tem por objetivo discutir esse reinício das touradas no Rio de Janeiro, entre os anos de 1840 e 1852, considerando que ao redor da prática se manifestaram elementos diversos daquele cenário histórico, nomeadamente algumas tensões relativas à ocupação do espaço público, debates relacionados com a adesão ao ideário e imaginário da modernidade. Como fontes foram utilizados jornais publicados na cidade no período em análise, tendo em conta que, na ocasião, os periódicos já eram arenas nas quais diversas posições se enfrentavam.<sup>3</sup>

3 No período, o Rio de Janeiro chegou a ter cerca de 60 periódicos, de distintos alcances e durações. Alguns não passaram de experiências breves, outros tiveram longa trajetória, como o *Jornal do Comércio*, o *Correio Mercantil* e o *Diário do Rio de Janeiro*. Ao seu redor, reuniam-se os diversos grupos políticos da Corte. Os perfis, assim, eram diversos, ainda que houvesse muitos pontos em comum entre eles, nomeadamente no que tange à necessidade de modernizar a sociedade. Maioritariamente eram lidos pelas elites e estratos médios; todavia, há indícios de que o grande conjunto da população tinha alguma forma de acesso às notícias e posições veiculadas. Para mais informações, v. Sodré (1994).

## PRENÚNCIOS DE UMA RETOMADA

Depois de quase duas décadas sem touradas, em março de 1840, Manoel Luiz Alves de Carvalho<sup>4</sup> comunicou que pretendia oferecer espetáculos equestres, gímnicos e de corridas de touros num anfiteatro a ser instalado no Campo de São Cristóvão.<sup>5</sup> O proprietário vinha tentando conseguir a licença desde outubro de 1839<sup>6</sup>, já na ocasião enfrentando um debate sobre a adequação da prática a uma cidade que se pretendia civilizada (Castro, 2005). A própria escolha do local pode ter sido ditada em função desta polémica.

O Campo de São Cristóvão era um rossio, muito utilizado para negócios agropecuários. Nas redondezas, em meados dos anos 1850, seria instalado o matadouro, substituindo o que existia na Praia de Santa Luzia (região central da cidade). É interessante pensar nessa transferência para refletir sobre o espaço das corridas de touros no Rio de Janeiro.

Se na década de 1840, e durante um bom tempo, ainda eram comuns as chácaras e a presença de gado no centro da cidade, no decorrer do século, conforme foram mudando as sensibilidades e aumentando as preocupações com a ordem e com o saneamento, os animais foram sendo afastados e assiste-se a uma melhor conformação da fronteira entre a zona urbana e a zona rural. Isto terá um impacto futuro na realização das touradas, que progressivamente se tornariam mais estranhas à urbe, assumindo esta novas características.

Devido a polémicas e a múltiplas dificuldades de organização, foi somente em abril de 1840 que foram realizadas as corridas. Como era comum, na época, os anúncios esmeravam-se em pedir a “proteção e o acolhimento”<sup>7</sup> da população. Um público crescente e multifacetado, formado por membros de diversos estratos sociais (elites, grupos intermediários e populares), alocados em espaços distintos nos curros, passou a ser o personagem emblemático da inflexão que levou as touradas do modelo estatal (típico do período colonial)<sup>8</sup> para o modelo comercial. A remuneração dos promotores dos eventos (empresários, companhia tauromáquica e funcionários diversos ligados ao bom andamento dos espetáculos) passou a depender da satisfação dos pagantes, que

4 Há evidências de que Manoel Luiz fosse de origem portuguesa. Havia na cidade, no momento, um importante médico homónimo, também oriundo de Portugal, não sendo, todavia, possível afirmar que se trate do mesmo personagem.

5 *Diário do Rio de Janeiro*, 10-03-1840, p. 3.

6 A licença era solicitada à Câmara e avaliada por fiscais ligados às freguesias.

7 *O Despertador*, 14-04-1840, p. 4.

8 No período colonial, o público não pagava para assistir às corridas. Os eventos eram organizados por ocasião de datas festivas, sendo os custos assumidos, de diversas formas, por agências governamentais, nomeadamente pelas Câmaras (Melo, 2013a).

precisavam de sentir-se acolhidos e atendidos nas suas expectativas. No lugar da louvação à família real e aos feitos do Império português, antiga razão de ser das corridas (Melo, 2013a), introduziu-se o primado da emoção gratuita, a alegria pela alegria, o divertimento pelo divertimento.

Conquistar o público era uma necessidade para a manutenção do negócio. Para tal, os promotores tinham que estar atentos a muitos detalhes: a escolha do gado, a *performance* da companhia, o conforto da praça, a ordem do espetáculo, com seus ornamentos, vestuários, banda de música, entre outras coisas. Certamente estas preocupações existiam em algum grau no modelo anterior, mas agora a própria continuidade da prática dependia da boa execução dessas ações.

Entende-se, assim, por que motivo os anúncios nos jornais – novo procedimento indispensável ao êxito comercial do empreendimento – roçavam a bajulação. Além disso, o empresário tinha de ostentar os seus esforços, fadigas, despesas e sacrifícios para contentar a assistência. Era uma forma de prestar contas e de conquistar a confiança do público.

Os pagantes, por seu turno, cada vez mais queriam ver os seus desejos atendidos. Aplaudiam os toureiros quando os julgavam dignos de mérito. Por outro lado, poderiam reagir com violência quando se sentiam enganados. Nesse caso, os mais exaltados podiam chegar a extremos, como depredar a arena.

Havia um novo perfil de assistência em delineamento, mais ativa e disposta a participar. Um sinal dessa tendência é o sucesso do “touro dos curiosos”: destinava-se um animal para que voluntários da plateia o enfrentassem. Outra forma de participação era mais generalizada: a ordem para que os toureiros pegassem “à unha” o touro. O convite à manifestação era reiterado nos anúncios e cartazes. O público, portanto, também tomava parte e desempenhava um papel importante no espetáculo.

Se atrair o público era uma clara preocupação, também o era o seu transporte até à praça do curro. No caso da arena do Campo de São Cristóvão, uma região relativamente afastada do centro naquela transição dos anos 1830-1840, comunicou-se que “largará da ponte da corte, (...), às 11 horas da manhã e 2 ½ da tarde, uma barca de vapor para aquele ponto, donde voltará meia hora depois de acabado o divertimento”.<sup>9</sup> O escalonamento dos preços dos bilhetes era um sinal de que havia uma expectativa de receber, inclusive, pessoas das camadas populares: \$320 por viagem, sendo \$160 para descalços.<sup>10</sup>

Atento à nova dinâmica da cidade, depois da primeira experiência, o empresário tentou incrementar o espetáculo para manter o interesse popular.

9 *O Despertador*, 16-04-1840, p. 3.

10 É possível que essa referência a “descalços” claramente fosse uma expressão de que eram aceites escravos, o que seria mais um indício do amplo público que as touradas pretendiam atrair.

Contratou uma companhia tauromáquica que vinha de Montevideu e esmerou-se para conseguir bons animais para o toureiro. Para facilitar o acesso, os ingressos foram também vendidos na loja de Paula Brito.<sup>11</sup>

A temporada de 1841 foi mais intensa. Nesse ano, João Lopes, que atuava no antigo anfiteatro, dizendo que não lhe era vantajoso financeiramente permanecer por lá, abriu uma nova praça de touros, na cancela de São Cristóvão.<sup>12</sup> Essa iniciativa não logrou sucesso, mas é um indício de que já existiam divergências na consolidação da tauromaquia na cidade. Na verdade, se havia elementos que demonstravam a conformação do campo (calendário autónomo, corpo de especialistas, entidades próprias, mercado ao seu redor)<sup>13</sup>, ainda tardaria alguns anos o amadurecimento dos setores envolvidos, de forma a permitir a manutenção da promoção das corridas.

Depois das touradas de 1841, houve um novo interregno. É possível especular sobre o porquê da interrupção. Além de a cidade passar por um momento de refluxo nos seus entretenimentos, a estrutura comercial e de negócios ao seu redor ainda estava em construção, não sendo suficiente para dar conta das necessidades dos empresários envolvidos no ramo do divertimento.<sup>14</sup> Em poucos anos, contudo, novas iniciativas seriam experimentadas.

#### UMA NOVA TENTATIVA

É só em 1847 que foram realizadas novas corridas de touros no Rio de Janeiro. A praça foi instalada na esquina da Rua Nova do Conde (atual Frei Caneca) com a Rua de Matacavalos (atual Riachuelo). Percebe-se que foram entabulados esforços para oferecer bons espetáculos: conforto nas instalações, banda de música completa, equipa de toureiro ricamente trajada, a incessante busca por

11 *O Despertador*, 11-08-1840, p. 4. Paula Brito era proprietário de um estabelecimento de variedades que também vendia livros, e foi um ponto de encontro dos literatos da época. Foi um dos personagens notórios do Rio de Janeiro de meados do século XIX, envolvendo-se em várias iniciativas de dinamização cultural. Foi um dos primeiros editores de relevância da capital. Na sua loja foram, por muitos anos, vendidos bilhetes para as touradas.

12 *Diário do Rio de Janeiro*, 06-04-1841, p. 3.

13 Trabalhamos aqui com o conceito de Pierre Bourdieu a partir de apreensão de Capucha (1988).

14 Devemos lembrar que as touradas eram um espetáculo caro, o que aumentava a dependência do empresário em relação ao público pagante. No caso brasileiro, era ainda mais caro, por ser difícil conseguir bons animais e porque a companhia tauromáquica em muitas ocasiões vinha de outros países, já que, em função das constantes interrupções nas temporadas, havia dificuldades de se constituir um corpo profissional nacional estável. Vale também lembrar que, ao contrário de outras diversões, como os desportos, o teatro e os bailes, praticamente não houve incentivo governamental para as corridas de touros.

animais adequados. É possível identificar, inclusive pelo espectro dos preços dos ingressos, que se tentava atrair público de diversos perfis socioeconômicos. Um detalhe dos anúncios merece destaque: “Todos os divertimentos e vestimentas são feitos segundo os costumes de Portugal”.<sup>15</sup> Essa referência ao antigo colonizador será uma constante na história da prática na capital brasileira.

Nessa praça de touros, uma inovação foi apresentada: uma toureira. Como se lê no *Diário do Rio de Janeiro*:

O empresário sente não poder apresentar uma jovem de 23 anos, toureando com braço varonil, e impavidez de cavalheiro, mas pretende apresentar em compensação a srta. JOANNA PAULINA.<sup>16</sup>

Causou grande alvoroço na cidade essa *performance*, por ser ainda rara a participação de mulheres em atividades públicas, tanto mais por se tratar de uma prática tão ligada a representações de masculinidade.

Na verdade, deve-se destacar a referência explícita ao comparecimento de mulheres aos eventos tauromáquicos, havendo até mesmo um espaço exclusivo para elas na arena. Em linhas gerais, acabou por contribuir para que se tornasse mais intensa a presença social feminina a constituição de um mercado ao redor dos entretenimentos, bem como o delineamento de uma dinâmica pública mais intensa, ocorrências que, como vimos na introdução, marcavam o Rio de Janeiro do período. Esse processo, que naquele momento dava os seus primeiros passos, tornar-se-ia mais visível no quartel final do século XIX.<sup>17</sup>

A despeito do perfil da iniciativa, logo foi leiloado o curro. A cidade, todavia, não ficaria muito tempo sem touradas. No mês de setembro de 1847, Francisco York<sup>18</sup> e Antonio José Godinho<sup>19</sup> receberam uma licença para promover corridas num antigo anfiteatro situado na esquina da Rua do Lavradio com a Rua do Senado. O leitor que assina como “apreciador justo” (pelo teor suspeitamos que pode ter sido alguém da empresa fazendo autopropaganda de maneira anônima) exulta:

*Sr. Redator* – Tendo assistido às duas últimas corridas de touros no curro à rua do Lavradio, confesso-lhe que muito gostei por ver que o atual proprietário se não poupa a

15 *Diário do Rio de Janeiro*, 25-04-1847, p. 3.

16 *Diário do Rio de Janeiro*, 22-05-1847, p. 2.

17 Para um panorama, v. Marzano e Melo (2010).

18 York atuara durante muitos anos no Conservatório Real de Lisboa. No Brasil, desempenhara também as funções de mestre de dança, dramaturgo e diretor teatral.

19 Militar de origem portuguesa, desempenhou algumas funções importantes na Corte.



despesas, tendo comprado muitos bons touros, e reformando já o pessoal dos capinhas. Tais esforços não devem ser esquecidos pelo público por quem são eles feitos, e por isso é de esperar a continuação de concorrência, e tanto mais quanto, segundo consta, preparam-se já novas e belas cenas.<sup>20</sup>

Essa praça, de facto, promoveu corridas de touros durante meses, com regularidade e boa organização. Em parte, deve-se ao italiano Emilio Anselmi o seu sucesso. Esse cavaleiro/toureiro compreendeu bem as mudanças em curso no Rio de Janeiro, esmerando-se para atrair a atenção do público com *performances* notáveis e constantes inovações. Além disso, tornou-se conhecido não só por motivos tauromáquicos: “carregado de crimes, pretendia muitas vezes fazer até jogo – com a honra de sua mulher!”<sup>21</sup> Tratava-se de um polémico personagem, perfeito para alimentar o falatório numa cidade que começava a apreciar a cena pública.

Esse curro reinou sozinho até novembro de 1848, quando Domingos José de Moura<sup>22</sup> recebeu uma licença para por em funcionamento uma nova praça, instalada na Rua das Flores (atual rua de Santana). Tendo de lidar com a existência de uma concorrente já bem estabelecida, não se poupou a esforços para atrair a assistência. Por exemplo, os ingressos eram vendidos nos pontos das gôndolas; quem os adquiria, ganhava transporte gratuito para ir até ao evento: “Assim espera o empresário que com estas comodidades o público não deixe de concorrer a fim de a reunião ser em tudo brilhante”.<sup>23</sup>

Um detalhe importante dos eventos promovidos nesse touril: o início dos espetáculos era marcado pela execução dos hinos nacionais do Brasil e Portugal. Como já observámos, e retomaremos no decorrer do texto, no Rio de Janeiro as touradas foram sempre relacionadas com o antigo colonizador e contaram com a presença e apoio dos portugueses estabelecidos na cidade, um fluxo de migração, aliás, que continuou a ser intenso mesmo depois da independência (Lessa, 2002).

Logo se estabeleceu uma rivalidade entre as duas praças. No dia seguinte à sessão de inauguração do novo estabelecimento, um anónimo criticou:

*Sr. Redator.* – Tendo visto pelos jornais anúncios para duas corridas de touros diferentes no domingo, 12 do corrente, uma na rua das Flores na Cidade Nova, e outra na rua do

20 *Diário do Rio de Janeiro*, 04-11-1847, p. 4.

21 *O Grito Nacional*, 06-03-1852, p. 2.

22 De origem portuguesa, a família Moura estabeleceu-se no Rio de Janeiro ainda na primeira metade do século XIX.

23 *Diário do Rio de Janeiro*, 25-11-1848, p. 4.

Lavradio n.º 35, e tendo eu já assistido por algumas vezes a esta última, tive vontade de ir ver a outra à rua das Flores, a fim de aquilatar o merecimento de cada uma, e poder melhor decidir-me sempre que tivesse de escolher entre estes dois divertimentos. Com efeito, à hora marcada achava-me eu num dos lugares daquela praça depois de ter dado os meus dez tostões, que tão mal empregados foram, e que sem dúvida nunca mais lá tornarão. Posso assegurar ao público que nada houve de agradável nesse divertimento, e ia me parecendo que só eu estava desgostoso dele, quando vi que todos os espectadores faziam a mesma ideia, pois que prorromperam em vaias e apupadas a todas as figuras do circo, e até ao próprio cavaleiro, que foi sofrivelmente assobiado.<sup>24</sup>

A resposta não tardou. Dois dias depois, outro anónimo contestou essa percepção. Sugeriu que o grande número de assistentes (cerca de 1200, na sua apreensão) percebeu que se tratava de uma praça “maior, mais elegante e a plateia muito cômoda”,<sup>25</sup> ainda que reconhecesse que a equipa de toureio não era das melhores. Concluiu dizendo que não mais poria o pé na Rua do Lavradio.

A polémica não parou por aí, motivada pela procura de públicos. Em 17 de novembro, é o próprio Domingos José Moura que escreve, pedindo desculpas ao público pelos eventuais problemas. Não perde a oportunidade de criticar os que falaram mal da sua praça, sugerindo que se tratou de perseguição daqueles que são “apenas interesseiros detratores, que não duvidam lucrar jogando a reputação alheia”.<sup>26</sup>

No dia seguinte, Godinho, considerando que a ele foram “dirigidas algumas alusões desagradáveis e pouco leais”, fez questão de afirmar que “nunca teve em vistas e nem empregou meio algum para detrair ou abater o novo estabelecimento da rua das Flores na Cidade Nova”,<sup>27</sup> inclusive porque não “lhe causa prejuízo a abertura da nova praça, apesar da qual nenhuma diferença sentiu na concorrência com que o público honrou no domingo”. Sugeriu ainda que o empresário concorrente tentou subornar o agente de touros para ficar com os melhores animais.

O debate foi intenso, com acusações de ambos os lados, envolvendo proprietários e leitores. Para a antiga praça, eram mesmo comuns os elogios, ainda que também houvesse críticas, nomeadamente ao comportamento polémico de Emilio Anselmi. Já o novo curro logo estaria melhor estruturado, acirrando ainda mais a concorrência. José Maria Gonçalves era a principal atração, mas

24 *Diário do Rio de Janeiro*, 14-11-1848, p. 4.

25 *Diário do Rio de Janeiro*, 16-11-1848, p. 4.

26 *Correio Mercantil*, 17-11-1848, p. 3.

27 *Diário do Rio de Janeiro*, 18-11-1848, p. 4.

também recebiam destaque Francisco Gonçalves Garcia (o China) e Salvador Vieira Leste, conhecidos pelas inovações que introduziram nas corridas.

Dois redondéis funcionando simultaneamente era um sinal de que a tauromaquia se consolidava na sociedade da Corte. Mais ainda, com as tensões relacionadas com a necessidade de atrair o público, aquele que poderia simultaneamente legitimar e viabilizar economicamente o espetáculo, percebe-se uma maior profissionalização das corridas e investimento na infraestrutura.

### DO SUCESSO A MAIS UM FIM

Depois de dois anos com atividades frequentes, no ano de 1849 pareciam bem estabelecidas as corridas de touros: estava configurado, mesmo que de forma precária, um campo da tauromaquia no Rio de Janeiro, com todos seus elementos constitutivos – companhias relativamente estáveis, um calendário próprio, corpo técnico profissional, um mercado conformado. Os seus personagens ocupavam lugar de algum destaque na cidade, seja porque se envolviam com alguma polémica, como o caso do já citado Anselmi, seja por serem considerados exemplos de bravura, como ocorria com Salvador Vieira Leste.

Esta relativa estabilidade não significava monotonia ou permanência dos mesmos elementos. Pelo contrário, era necessário continuar a inovar para envolver o público. O anfiteatro da Rua do Lavradio passou a oferecer espetáculos híbridos: corridas de touros e apresentações de ginástica. Já a praça da Rua das Flores se consolidou como o grande palco das touradas. Também por lá se procurava apresentar atrações diferenciadas, mais afeitas, todavia, à tauromaquia. Por exemplo, como já ocorrera antes na capital, nas atividades de 11 de fevereiro de 1849, uma francesa fora contratada para tourear.<sup>28</sup>

Nos meses finais de 1849, sem que deixassem de existir as praças, as corridas foram interrompidas por um tempo. Na verdade, em outros países, como na Espanha e em Portugal, havia (e há) meses específicos para a realização das touradas. No caso do Rio de Janeiro não existia uma rotina anual estruturada, estando as interrupções mais ligadas a questões comerciais, aos problemas da cidade ou à concessão ou não de licenças por parte do poder público.

Em 1850, pela primeira vez na cidade, a promoção de espetáculos taurinos enfrentou esta última dificuldade: foi negada a licença a João Valentim Cerqueira Esteves, o empresário que àquela altura estava à frente do curro da Rua dos Flores.<sup>29</sup> No final, a autorização foi concedida, mas já se anunciava que aumentavam as resistências com a prática.

28 *Diário do Rio de Janeiro*, 11-02-1849, p. 4.

29 De origem portuguesa, na cidade estabeleceu um negócio de penhores.

Uma novidade nessa temporada foi a maior cobertura das corridas por parte dos jornais. Surgiu até um comentarista permanente. Não se sabe se é a mesma pessoa, pois assina de forma distinta, sempre com um pseudónimo: “amante das touradas”, “amigo do requinte”, “cavaleiro da roça”. De qualquer forma, demonstrava conhecimento sobre o assunto.

Em novembro de 1850, houve pela primeira vez um facto que se tornaria comum nos anos seguintes: um grande conflito no curro, numa sessão que fora anunciada com bastante estardalhaço – prometiam-se touros como jamais foram vistos nas arenas fluminenses. Segundo o cronista do *Periódico dos Pobres*,<sup>30</sup> tudo estava mal preparado, supostamente por problemas financeiros, a seu ver não justificados, pois estava lotada a praça. A insatisfação crescente culminou numa turba, somente encerrada com a ação da polícia. Segundo o *Correio da Tarde*:

Extraordinário concurso de povo houve ontem na Praça da Rua das Flores para admirar a corrida dos touros, tão gabados pelo *Jornal do Comércio!*... Apareceram 4 pacíficos bois (...), que pela sua idade e hábitos julgaram mais prudente não servirem de divertimento a curiosos. O respeitável tomou vingança por suas próprias mãos, escangalhando todos os móveis. Aqui está o mais inocente divertimento em que alguns tenentes poderiam exercer o maligno instinto de destruição!<sup>31</sup>

Desta vez, portanto, a interrupção das touradas teve outro motivo: a destruição do curro. No *Diário do Rio de Janeiro*, de 7 de fevereiro de 1851, vemos a notícia de leilão da praça da Rua das Flores. Mais uma arena chegava ao fim. Depois do fim do único redondel que estava em funcionamento<sup>32</sup>, as touradas deixam de ser realizadas por alguns meses.

Há uma novidade nesse ano que nos ajuda a entender as mudanças que estavam em andamento: a melhor configuração de uma nova prática social que dera os seus primeiros passos já na década de 1810, mas que somente naqueles meados do século efetivamente começou estruturar-se: o desporto (Melo, 2001). Pelos jornais de 1851 podemos ver as mais diversas informações sobre corridas de cavalos e de barcos. Encaradas como sinal de refinamento e civilização, o turfe e o remo passaram rapidamente a ser valorizados.

De início, delineia-se até mesmo certa tensão entre as touradas, uma prática que vinha do século XVII, bastante ligada aos parâmetros culturais do antigo colonizador, e o desporto, novidade que viera inicialmente a bordo dos navios ingleses, mas que também carregava, no Brasil, inspiração dos franceses.

30 *Periódico dos Pobres*, 25-11-1850, p. 3.

31 *Correio da Tarde*, 25-11-1850, p. 4.

32 Na ocasião, a praça da Rua do Lavradio somente acolhia espetáculos circenses.

Estava, assim, relacionado com a modernidade, a que tanto aspiravam alguns, aqueles que apontavam um caminho de construção identitária que se afastava da outrora metrópole (Melo, 2009).

Percebemos esse debate na secção “Comunicado/Pacotilha”, publicada no *Correio Mercantil* de 15 de junho de 1851. Vejamos que não se tratava de um anúncio mandado publicar pelos empresários das praças ou uma carta de um leitor anónimo. Era sim um balanço das principais notícias da semana, da lavra de um cronista.

As corridas de cavalos, realizadas no recém-inaugurado Prado Fluminense, chamaram a atenção do cronista. Muitos foram os elogios ao evento, embora se observasse os problemas e necessidade de uma melhor estruturação. Um comentário deixa clara a concepção que começava a ser construída:

As corridas de sexta-feira podem considerar-se como um ensaio, mas pelo prazer e satisfação que vi reinar nesse ajuntamento que se diz ter sido composto de quatro a cinco mil pessoas, parece que o novo folguedo transplantado da Europa pegou na nossa terra, aclimou-se já neste nosso país, que tendo falta, como fica dito, de um lugar de espetáculo para de dia, pois que o estado de sua civilização já não tolera mais as bárbaras corridas de touros, nem as antiquadas cavalladas de argolinhas, sem duvida abraça com todo o gosto e adota as corridas de cavalos.<sup>33</sup>

Para o cronista, estava claro que a nova prática que vinha da Europa, leia-se de Inglaterra e de França, finalmente apresentara à população da capital a oportunidade de se divertir de acordo com um superior “estado civilizacional”, sem a necessidade de recorrer às “inoportunas” corridas de touros, que, vindas de Portugal, já não mais se ajustariam aos “novos tempos”.

De toda forma, ainda seguia a expectativa de alguns apreciadores das touradas. Vejamos a posição entusiasmada de um leitor, publicada alguns meses depois:

Dé, gongodem, démdem, gongodém, dim...

Ouvirão repicar agora os sinos?

Esses sons tão alegres, tão divinos

Estão anunciando um grão festim;

De efeito singular... pomposo enfim!

Grato a velhos, a moços e a meninos;

– Sublimes espetáculos taurinos.<sup>34</sup>

33 *Correio Mercantil*, 15-06-1851, p. 1.

34 *Correio Mercantil*, 17-11-1851, p. 2.

A sessão inaugural dessa nova temporada, uma vez mais realizada na velha arena da Rua do Lavradio, em novembro de 1851, mereceu algumas linhas no *Periódico dos Pobres*, na seção “Visita das priminhas” (duas supostas parentes teciam comentários irônicos sobre o que ocorria na cidade). Segundo o seu olhar, tudo parecia correr bem, mas houve “alguns espectadores turbulentos que arrancaram algumas tábuas das trincheiras, quando lhe desagradava qualquer coisa”.<sup>35</sup> Uma vez mais ocorreram conflitos no curro.

As críticas aumentaram ainda mais quando a sessão de 18 de janeiro de 1852 terminou em pancadaria: a plateia reagiu à má qualidade do espetáculo e ao incumprimento do programa. Como já ocorrera antes, depois de confusão generalizada, inclusive conflitos com a polícia, o curro acabou destruído. Para o *Correio Mercantil*: “É um clamor geral contra esta especulação de corridas de touros, que só tem por fim enriquecer espertalhões, que infelizmente gozam da proteção, sem a qual não poderiam obter as licenças que têm obtido”.<sup>36</sup>

Ainda que a crítica não tenha sido dirigida diretamente às touradas, mas sim à esperteza de empresários e à ineficiência governamental, o facto é que se fragilizava ainda mais o que já vinha débil. Mal se recuperara dos conflitos de 1850, esses novos tumultos expunham as vulnerabilidades das corridas numa cidade que “se civilizava”, colocando em xeque o *ethos* que a sustentava.

Ainda assim persistiam muitas expectativas; os conflitos e críticas não eram suficientes para eliminar o gosto pelos espetáculos taurinos. Vejamos como o cronista que assina como Juca, no periódico *Marmota Fluminense*, comemorou a notícia que um empresário mandara de Lisboa, dando conta de que estava arrebanhando uma nova companhia para voltar a promover as touradas no Rio de Janeiro: “Moças de bom gosto, homens, mulheres, meninos e meninas, preparai-vos todos, que em breve teremos de fruir belas corridas de touros!”<sup>37</sup> Mais ainda, chegou a pedir apoio governamental para a reinstituição da prática:

Oh! Já era tempo que uma capital como a nossa tivesse mais este gênero de divertimento; divertimento que muito apreciam os seus habitantes! Nós desde já, fazemos um apelo ao corpo legislativo, a fim de proteger mais esta distração pública, concedendo-lhe algum donativo para seu sustentáculo.

Para Juca, as touradas eram mesmo superiores às atividades teatrais: “Quem não preferirá, em vez de ouvir coros de qualquer ópera italiana, ver as belas sortes dos capinhas, as lindas pegas dos máscaras, ouvir os gritos e

35 *Periódico dos Pobres*, 02-12-1851, p. 1.

36 *Correio Mercantil*, 20-01-1852, p. 2.

37 *Marmota Fluminense*, 03-05-1853, p. 2.

as apupadas ao touro corrido?...Ninguém, por certo”. O seu entusiasmo ia mesmo em contramão do que pensava um setor da cidade.

De qualquer forma, concretamente demoraria muitos anos para que fossem de novo organizadas touradas. Aprofundemos o debate sobre as diferentes posições que as cercavam naquela transição de décadas.

### TENSÕES AO REDOR DOS FESTEJOS TAURINOS

Não nos falem da barbaridade do divertimento. Cada povo tem sua balda: os Ingleses pelas brigas de galos e pelo soco, que muitas vezes é seguido de sangue pela boca, e pela morte: os Espanhóis e Portugueses, de que descendemos, pelas corridas de touros. (...). Entre nós se a fidalguia não empunha uma lança (...) nem por isso deixam de apresentar-se nos camarotes, e mesmo na plateia geral de mistura com o povo, Senadores do Império, Magistrados, Militares, Empregados Públicos, e outras pessoas graduadas.<sup>38</sup>

Conforme as corridas se foram estabelecendo na cidade, por parte do público aumentou a exigência de precisão nas cortesias, que deveriam marcar o início e o decorrer da atividade, bem como nas “sortes”, as diversas técnicas e formas de lidar com os touros. Ao redor dessas peculiaridades, havia mesmo disputas internas no campo tauromáquico, conflitos entre o que era considerado mais ou menos tradicional, a contestação ou valorização de certas inovações. Esses embates constituíam-se em mais um atrativo. Como observa Capucha:

É das rivalidades que vive a festa. Sem a concorrência, a inovação, a oposição de estilos, o público não se renovaria e deixaria de acorrer às praças, crê-se no “mundillo” (...). O campo estagnaria e perderia capacidade plástica para acompanhar as alterações do gosto do “respeitável público” [Capucha, 1988, p. 60].

Vejamos que se nos anúncios e comentários das primeiras touradas realizadas na cidade praticamente não havia descrição dos procedimentos, por ocasião das corridas de 1847 esses já ocupam um espaço importante. Com o decorrer do tempo, muitas seriam as novidades apresentadas. Os nomes das técnicas passaram a ser destacados:

O célebre D. Manuel Sanches executará com a garrocha o difícil Salto do Paciego, do qual foi inventor o famoso Francisco Montes. E bem assim toureará à verônica e à navarra, ajoelhado e fingindo que mata o touro.<sup>39</sup>

38 *Periódico dos Pobres*, 25-11-1850, p. 3.

39 *Diário do Rio de Janeiro*, 30-10-1858, p. 4.

A própria dinâmica da cena pública, cada vez mais agitada e multifacetada, gerava para os promotores o desafio de oferecer atrações que chamassem a atenção da assistência, que rapidamente se acostumava com uma nova emoção, exigindo graus superiores de excitação. No caso das touradas essas dimensões são notáveis: “O público espera, dos produtores, permanentes inovações que permitem a distinção, ao passo que a criação de novos públicos (ou qualquer transformação ao nível do gosto dos consumidores), provocará alterações nas relações de força entre os especialistas” (Capucha, 1988, p. 150).

Um dos sinais mais notáveis do aumento da participação do público foi o cada vez maior espaço para o “touro dos curiosos”, ocasiões adequadas para os que desejavam exibir-se e provar o seu valor. No decorrer do tempo, os estímulos foram os mais diversos. Colocava-se algum prêmio no pescoço ou entre os chifres do animal (moedas, bilhetes da lotaria, um relógio, entre outros), ganhando quem conseguisse retirá-lo. Mais ainda, passou a definir-se quem afinal poderia tomar parte dessas provas. No anúncio de uma tourada observou-se que seria “proibido saltar na praça como curioso aquelas pessoas que já tenham trabalhado nas praças conhecidas”.<sup>40</sup>

A generalização das atividades gerava certa desvalorização, a não ser que houvesse um grande corpo de especialistas que pudesse hierarquizar as sessões. No caso do Rio de Janeiro, a falta desse plantel, bem como de animais apropriados, eram elementos dificultadores da manutenção da prática. As reclamações tornaram-se constantes, o público exigia que se cumprisse o informado, que fosse oferecido um bom espetáculo.

O centro das reivindicações era mesmo a qualidade dos animais. Isso não ocorria só no Brasil, como nos deixa perceber Capucha: “existem certos temas que se repetem ciclicamente nos toiros, como a do tamanho e bravura dos mesmos, embora em contextos diferentes e com diferentes intenções” (Capucha, 1988, p. 155). Para o autor, isso tem a ver com valores que sempre estiveram consagrados: “a festa de toiros, no seu conceito, constitui um acto sacramental em torno da morte. O que acontece na arena circunscrito à acção, tem inevitáveis reacções psicológicas no público. Na praça ele aprende o mesmo que quando acode a presenciar uma tragédia Grega” (Capucha, 1988, p. 158).

As tensões não se circunscreviam ao cenário interno das touradas. No decorrer da constituição do campo da tauromaquia, também aumentava o divórcio entre o que desejava o público e as exigências de alguns para uma cidade, que se queria moderna e civilizada, devendo-se, portanto, extirpar algumas práticas que não condiziam com esse olhar. Na mesma medida em

40 *Correio Mercantil*, 11-02-1849, p. 4.



que crescem e se diversificam as atividades de entretenimento, modificam-se os parâmetros daquelas valorizadas, ou não.

Além disso, o novo ativismo da população na cena pública gerou a necessidade de negociação dos comportamentos. Este debate articulava-se com uma peculiaridade das touradas que no Rio de Janeiro se organizaram: a defesa da moda portuguesa, que valoriza a *performance* a cavalo, e na qual não se mata o touro no fim. Nessa modalidade, o primeiro aspeto tem relação com o facto de que a nobreza de Portugal jamais abandonou a prática, tornando-a tanto uma forma de resistir aos novos símbolos da burguesia quanto de atrair novos ricos (Capucha, 1988).<sup>41</sup> O segundo aspeto relaciona-se com as intervenções do marquês de Pombal, de inspiração iluminista, que proibiu o sacrifício público dos animais (Crespo, 1990).

Para Capucha, na Península Ibérica, essa diferença de tradições entre portugueses e espanhóis, que geraram distintos discursos de legitimidade, tinha mesmo relação com as possibilidades de os diversos estratos sociais tomarem parte nas corridas. Para o autor, não é por acaso que são sempre membros das camadas populares os matadores, personagens que acabam desenvolvendo uma ética própria: “a vida de touros é uma vida de esforço e sacrifício; ao toureiro não são permitidos prazeres que o seu poder económico permitiria” (Capucha, 1988, p. 154).

No caso brasileiro, esse debate entre os dois estilos ganhou conotações diferenciadas, ligadas à adequação das touradas. O facto de se adotar majoritariamente (e a partir de determinado momento exclusivamente) a moda portuguesa, para além de ser uma clara influência do antigo colonizador, também foi uma estratégia para defender que as corridas organizadas no Rio de Janeiro não eram uma prática violenta. O costume de não matar o touro foi sempre um argumento usado pelos que as apreciavam. Segundo Z., por exemplo, no Brasil não se pode dizer que se tratasse de um divertimento bárbaro, já que aí não ocorriam as “cenas sangrentas e funestas que tem sucedido em outros países”.<sup>42</sup>

Entre 1840 e 1852, houve espetáculos híbridos, com provas realizadas à moda de Portugal e de Espanha num mesmo programa. Chegou mesmo a existir a morte de animais nas arenas cariocas. Até ao final do século, houve também corridas à portuguesa, com os touros com chifres descobertos (isso é, sem passar pelo processo de “embolação”, colocação de armações de couro e metal nos cornos). Já na década de 1870, contudo, a moda espanhola fora definitivamente suprimida das praças do Rio de Janeiro.

41 O oposto ocorreu com a espanhola; tornando-se uma atividade popular, desenvolveu-se mais o toureio a pé (Capucha, 1988).

42 *Diário do Rio de Janeiro*, 11-12-1849, p. 4.

De toda a forma, com morte ou sem morte, cresceram as críticas à prática. Na verdade, logo por ocasião do reestabelecimento das touradas, surgiram as primeiras contestações. Em *O Sete D'Abril*, de 16 de março de 1839, um anônimo, que assina como “Chronista”, censura a municipalidade de Niterói por ter concedido autorização para a realização das corridas. Para o autor, tratava-se de um dos “divertimentos mais bárbaros e mais execráveis, (...) que horroriza a natureza, e contra o qual têm uníssonos clamando todos quanto se prezam da menor centelha de humanidade” (p. 1).

Os argumentos eram explícitos: “com quanto direito não censuraremos nós, cristãos, nós que vivemos n’um século de luzes e de filantropia, esse divertimento onde os perigos do homem são as delícias do espetador, onde suas bárbaras façanhas contra um pobre animal são os objetos dos gerais aplausos”. Até aqui se percebe uma mistura de argumentos religiosos e filosóficos para sugerir que a prática era inadequada aos novos tempos. Mais adiante, contudo, ficam mais claras as razões da crítica.

Chronista deixa claro que sua motivação maior não é o amor aos animais. O seu intuito “não é outro senão perguntar (...) se refletiram eles ao menos na época do ano em que nos achamos”. Para ele, “Infelizmente este ano representações profanas tem tido lugar (...) em tempo de quaresma; e como se isso ainda não bastasse, houve curro, matança de bois mansos, anunciada aparatosamente!”. O que mais o incomodou foi mesmo o suposto desrespeito a uma data religiosa.

Nessas primeiras temporadas (de 1840-1841 e de 1847-1852), a maior parte das touradas ainda respeitou a quaresma. Na concessão de licenças parece que não havia restrições desse gênero. Tratava-se mesmo de um cálculo dos empresários: desrespeitar a data podia despertar a reação dos detratores e deixar a praça esvaziada, numa cidade em que a religiosidade tinha influência.

As contestações de natureza religiosa voltaram a ocorrer várias vezes. Em novembro de 1847, a crítica prendeu-se com o facto de as corridas terem sido realizadas no dia de Todos os Santos: “Qual o católico, ainda do coração mais empedernido, que se não sentiria magoado pelo escandaloso fato ocorrido nesta cidade na tarde do dia 1º do corrente novembro?”. Para o autor, que assina como “católico sem fanatismo”, era absurdo que na mesma hora das missas estivessem acontecendo o “bárbaro e sanguinolento espetáculo de corrida de touros”.<sup>43</sup>

Devemos, assim, concordar com Capucha: “a referência de oposição decisiva encontra-se fora do campo. São as ideologias ‘civilizadoras’ que

43 *Diário do Rio de Janeiro*, 03-11-1847, p. 2.

despontaram com a centralização do poder religioso da Igreja Romana e tiveram seu suporte culminante nas Cortes Iluminadas” (Capucha, 1988, p. 164). Para o autor, trata-se, antes de tudo, de uma perseguição a uma prática que se popularizou, mesmo marcada pela relação com a nobreza.

De facto, a partir de meados do século XIX, como vimos, as críticas foram de outra natureza, ligadas à sua inadequação para a cidade que se pretendia modernizar. Em 1849, nos três meses em que a arena da Rua das Flores cedeu lugar a “torneios medievais”, os argumentos dos promotores tocaram exatamente nesse ponto. Começa-se por falar nas mudanças no curro: “a face do antigo circo está mudada; o seu aspecto de barraca festeira desapareceu; hoje ornado com gosto, e com gosto artístico, e com o carácter marcial que lhe convém, vai oferecer um dos mais belos divertimentos e dos mais nobres que se possam desejar”.<sup>44</sup> Informava-se que, ao contrário das touradas, se tratava de uma atividade “moderna”, uma diversão que contribuiria para a formação militar da juventude brasileira.

Importa observar que as ressalvas à violência não advinham do público das touradas, que queria mesmo mais emoção, reagindo quando se sentia ludibriado. Já vimos algumas dessas ocorrências. Muitas mais foram registradas nos jornais.

Por vezes, o redondel ficou bastante destruído. Podemos ver isso nos conflitos que ocorreram em 24 de novembro de 1850, na Rua das Flores. Em função da desorganização do espetáculo e da má qualidade dos touros, o público começou a vaiar, até que o pior ocorreu:

Em um abrir e fechar de olhos foi escangalhado o curro; o taboado voava para o meio da praça, com velocidade igual a com que poucos momentos antes caíam as belas notas dos logrados na caixa da empresa! Dentro de cinco minutos apresentava o curro da rua das Flores o aspecto de uma praça forte tomada por escalada: folhas de pinho, e pernas de serra, que dividiam os camarotes, e formavam a arquibancada ou plateia, tudo estava em montões no meio da praça.<sup>45</sup>

Outra cena de destruição foi vista nas corridas realizadas em 18 de janeiro de 1852, no curro da Rua do Lavradio. O público reagiu à baixa qualidade dos touros, “que pelo seu péssimo estado e extrema mansidão em nada correspondiam à expectativa dos amadores e aos anúncios publicados nos jornais e cartazes”.<sup>46</sup>

44 *Correio Mercantil*, 07-09-1849, p. 3.

45 *Periódico dos Pobres*, 25-11-1850, p. 3.

46 *Correio Mercantil*, 20-01-1852, p. 2.

Quando as tribunas aclamaram que o touro fosse agarrado “à unha”, possibilidade que, inclusive, fora anunciada no programa, os toureiros negaram-se a fazê-lo, mesmo com ordens do subdelegado da freguesia, que, de outro lado, também tentava calar a plateia. A balbúrdia foi aumentando e logo “algumas tábuas da arquibancada foram arrancadas e atiradas para o meio do circo”. A polícia prendeu algumas pessoas, a “maior parte caixeiros”.<sup>47</sup>

Deve-se perceber que o tom contestatório das matérias jornalísticas nem sempre se referia à inadequação das touradas, mas sim ao facto de que os empresários prometiam espetáculos cujos programas não eram cumpridos. A polícia teria grande responsabilidade nesses problemas, pois não fiscalizava adequadamente e não sabia como se portar no meio da confusão, prendendo gente inocente e jamais punindo os verdadeiros culpados.

A cada ocorrência destas, ampliava-se o tom das críticas. A diagnóstica e irónica secção “Visita das Primiñas”, do *Periódico dos Pobres*, registou o avanço das novas concepções:

— (...) então diga-me, foi a algum dos divertimentos que houve no Domingo, Cavalinhos, Arlequins, Touros.

— A nenhum desses fui, nem iria, muito principalmente aos Touros.

— Então não gosta desse divertimento?

— Nem um bocadinho; e não sei como tal se consente no nosso país tão civilizado e amável; fazendo aquele divertimento embrutecer os corações de quem ali vai, pelas barbaridades que vê.<sup>48</sup>

Para alguns, não era aceitável que tamanha violência com animais, tamanha quantidade de sangue, fosse exposta publicamente. Além disso, havia os comportamentos “inadequados” do público: xingamentos, descomposturas, gritos e mesmo destruição dos curros. O problema é o que outro cronista identificou, alguns anos depois: “o povo só gosta de divertimento quando vê perigo, e quando mesmo vê sangue!”.<sup>49</sup>

Os promotores de touradas ainda tentavam argumentar que a prática poderia trazer benefícios para o desenvolvimento da raça taurina nacional (sem se deter a maiores explicações sobre o que era isso exatamente). Além disso, por vezes foram realizadas corridas beneficentes, com a renda a reverter para alguma instituição assistencial. Nada disso aplainava as críticas.

47 *Correio Mercantil*, 20-01-1852, p. 2. Os caixeiros eram um público costumeiro das touradas. Vale a pena lembrar que uma boa parte deles provinha de Portugal.

48 *Periódico dos Pobres*, 06-07-1852.

49 *Correio de Mercantil*, 31-10-1858, p. 4.

Um importante indício a ser considerado é que a família real nunca estava presente nas arenas, um sinal de desprestígio das touradas<sup>50</sup>. Em setembro de 1847, percebemos uma curiosa ocorrência na realização de uma corrida na praça da Rua Nova do Conde. Comunica-se que a homenageada seria a “sere-níssima princesa imperial”, à revelia de qualquer participação dos monarcas.

Encontramos outros poucos indícios de algum envolvimento da família real nas touradas. Por exemplo, um espetáculo taurino realizado em fevereiro de 1848, em benefício da Imperial Sociedade Amante da Instrução, “tendo se dignado S. M. o Imperador a conceder a sociedade sobredita seis dos melhores touros da imperial fazenda de Santa Cruz”.<sup>51</sup> Pedro II, por uma boa causa, a educação, ainda ofereceu alguma ajuda, mas efetivamente não se tornou um apreciador da prática. Jamais foi visto num redondel.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo seu caráter de *performance*, não surpreende que nesse primeiro momento de autonomização, o segundo momento da sua presença em terras cariocas, as touradas se tenham aproximado (ou tenham sido aproximadas) do teatro. Essa relação existia desde os tempos coloniais, quando, nos festivais monárquicos, as corridas de touros se misturavam com apresentações diversas (Melo, 2013a).

O que também aproximava touradas e teatro era a conformação dos espetáculos circenses, numa cidade em que progressivamente se estruturava um mercado de entretenimentos. Relevante é um anúncio de 1847, em que o proprietário do curro “pede ao respeitável público desta corte todo o favor, honrando-o com sua presença, por isso que no dia 3 o divertimento não pode ter a costumada concorrência, por haverem nesse dia outras distrações”.<sup>52</sup> Já havia até mesmo “excesso” de diversões, ocupando o circo um lugar de destaque, imbricando o erudito e o popular, as elites e o povo (Melo e Peres, 2014).

O curioso posicionamento de Valente, publicado no *Correio da Tarde*, de 20 de novembro de 1848, permite-nos lançar um olhar sobre essa diversificação. O que o motivou foi a baixa presença de público numa apresentação da Companhia Lírica, realizada no Teatro São Pedro de Alcântara. Entre outras razões para tal, sugere: “Temos dois teatros na Corte; duas praças de touros; de vez em quando bailes mascarados que se consentem em todo o decurso do

50 A família real era presença constante nos teatros e competições desportivas; em menor número, comparecia também a alguns bailes.

51 *Diário do Rio de Janeiro*, 09-02-1848, p. 3.

52 *Diário do Rio de Janeiro*, 05-06-1847, p. 3.

ano, dando-se carro de graça às *madamas* para a ida; além disso, temos Sociedades de Bailes, A Filarmônica etc. etc. Isto estafa!” (p. 3).

Plenamente integradas na estrutura de entretenimentos da cidade, as touradas paulatinamente estabeleceram-se como uma diversão peculiar, algo que era sentido pelo próprio público, que se dividia escolhendo os seus divertimentos preferidos. Vejamos como se posicionou um cronista:

Pois temos touros? Ora venha isso para descansarmos dos passeios sobre o globo e das brigas teatrais sobre finanças. O divertimento dos touros convém à rapaziada; é de tarde e por isso fica a noite para mil outros entretenimentos; é barato e por isso agrada aos patuscos e gritadores; é popular.<sup>53</sup>

As relações entre touradas e teatro foram-se enfraquecendo com o crescimento das contestações às primeiras. Vemos um indício disso já em 1843. Um anônimo, ao fazer uma crítica ao funcionamento do que deveria ser a mais prestigiosa casa teatral da cidade, o São Pedro de Alcântara, procurou marcar a diferença entre os estabelecimentos “civilizados” e os “anfiteatros”, apropriados para espetáculos mais “exóticos”. Sem depreciar por completo esses últimos, clama o autor pelo desenvolvimento dos primeiros, deixando clara uma diferença que se acentuará no decorrer do século.<sup>54</sup>

Esse afastamento tornou-se mais perceptível e categórico depois dos conflitos de 1850/1851/1852. A expressão “corrida de touros” passou a ser utilizada como sinônimo de turba, tudo aquilo que o teatro não deveria ser. Em tom crítico, observou-se no *Correio Mercantil* de 7 de dezembro de 1852: “Domingo à noite, durante o espetáculo no Teatro de S. Pedro de Alcântara, alguns indivíduos entenderam dever transformar esse belo salão em praça de touros, e dirigiram motejos e ditérios a uma família de cor que se achava em um camarote” (p. 3). No mesmo jornal, em 23 de setembro de 1854, vemos algo de teor semelhante: “O Teatro Lyrico vai-se tornando uma verdadeira praça de touros; ali já não se respeita a pessoa do monarca, nem as autoridades, e nem ao publico sensato”.

Esse uso do termo tornou-se rapidamente comum também noutras esferas, como na política. Vejamos um comentário sobre um debate do parlamento: “a oposição constitucional assistiu de palanque a essa nova corrida de touros, admirada de tanto encarniçamento da parte do governo em provar que era inábil para presidir a câmara o deputado por ela elevado ao cargo de 1º vice-presidente”.<sup>55</sup> Ou essa comparação mais genérica: “O que é hoje o nosso

53 *Diário do Rio de Janeiro*, 11-12-1849, p. 4.

54 *Diário do Rio de Janeiro*, 17-08-1843, p. 1.

55 *Constitucional*, 04-08-1864, p. 1.

governo, seus delegados, seus atos, suas propensões, sua corrupção e sua ignorância, assemelha o nosso país a uma vasta praça de touros, em que os aplausos sobem na proporção da ferocidade ridícula de uns e da libertinagem imunda de outros”.<sup>56</sup>

Enfim, em linhas gerais, a sentença abaixo sintetiza o que se pensava no processo de diferenciação e conceção de um novo modelo de público, que se autorrepresentava como mais civilizado, mais refinado:

Se a polícia não intervém reprimindo estes escândalos, o teatro ficará deserto, e o publico privado de o frequentar. Quem despende o seu dinheiro quer ouvir o canto, e a harmonia, não se abala de casa para achar-se em uma praça de touros sem poder ouvir uma nota de musica.<sup>57</sup>

O crescimento das críticas e contestações ocorreu em paralelo a uma maior adesão a ideais e imaginários de modernidade em curso na capital, nomeadamente a partir da transição das décadas de 1840 e 1850. Em linhas gerais, tratou-se de um processo similar ao que houve noutras nações, uma perseguição a práticas consideradas ultrapassadas e bárbaras (Holt, 1989). No caso brasileiro, todavia, uma das peculiaridades foi o estabelecimento de uma relação entre o atraso das touradas e a sua origem lusitana, discurso esgrimido, entre outros, por aqueles que julgavam que a construção da nação brasileira deveria privilegiar a rutura com o seu passado colonial. De outro lado, entre muitos, especialmente entre os ligados à colónia portuguesa, persistia o gosto pela tauromaquia. A moda de tourear típica de Portugal, aliás, era utilizada como argumento para defender a pertinência das corridas de touros.

Não sendo já bem acolhidas como ramo teatral, e sob críticas diversas tanto dos amantes, que as consideravam pouco emocionantes e desorganizadas, quanto dos oponentes, que as encaravam como bárbaras e contraditórias com o processo civilizacional que o país deveria seguir, as touradas precisavam de um novo “guarda-chuva” para as acolher. Curiosamente, vão encontrá-lo naquela prática que, a princípio, se considerava como o seu oposto, por ser moderna: o desporto.

Isto ocorrerá entre 1876 e 1884, quando houve uma nova promoção das touradas. Nesse período, ampliaram-se os setores que desejavam definitivamente substituir as referências a Portugal na construção identitária brasileira. Acirraram-se ainda mais as críticas à prática, mesmo que também o campo da tauromaquia estivesse muito mais estruturado (Melo, 2013b).

56 *Opinião Liberal*, 28-08-1867, p. 2.

57 *Correio Mercantil*, 04-02-1855, p. 1.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAPUCHA, L. (1988), “O campo da tauromaquia”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 5, pp. 147-165.
- CARVALHO, J.M. (2012), “A vida política”. In J.M. Carvalho (coord.), *História do Brasil Nação (1808-2010)*, vol. 2, *A Construção Nacional (1830-1889)*, Rio de Janeiro, Objetiva, pp. 83-130.
- CASTRO, A. V. (2005), *O Elogio da Bobagem*, Rio de Janeiro, Família Bastos Editora.
- CRESPO, J. (1990), *A História do Corpo*, Lisboa, Difel.
- HOLT, R. (1989), *Sport and the British: a Modern History*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- LESSA, C. (2002), “Rio, uma cidade portuguesa?”. In C. Lessa (org.), *Os Lusíadas na Aventura do Rio Moderno*, Rio de Janeiro, Record, pp. 21-61.
- LUSTOSA, I. (2006), *D. Pedro I – Um Herói sem Nenhum Caráter*, São Paulo, Companhia das Letras.
- MARZANO, A., MELO, V.A. (2010), *Vida Divertida: Histórias do Lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)*, Rio de Janeiro, Apicuri.
- MELO, V.A. (2001), *Cidade Sportiva: Primórdios do Esporte no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Relume Dumará/Faperj.
- MELO, V.A. (2009), “Das touradas às corridas de cavalo e regatas: primeiros momentos da configuração do campo esportivo no Brasil”. In M.D. Priore, V.A. Melo, *História do Esporte no Brasil: do Império aos Dias Atuais*, São Paulo, Editora Unesp, pp. 35-70.
- MELO, V.A. (2013a), “As touradas nas festividades reais do Rio de Janeiro colonial”. *Horizontes Antropológicos*, 40, pp. 365-392.
- MELO, V.A. (2013b), “Uma diversão adequada?: as touradas no Rio de Janeiro do século XIX (1870-1884)”. *História*, 32 (2), pp. 163-188.
- MELO, V.A., PERES, F.F. (2014), *A Gymnastica no Tempo do Império*, Rio de Janeiro, 7 Letras.
- PAULA, J.A. (2012), “O processo econômico”. In J.M. Carvalho (coord.), *História do Brasil Nação (1808-2010)*, vol. 2, *A Construção Nacional (1830-1889)*, Rio de Janeiro, Objetiva, pp. 179-224.
- SCHWARCZ, L.M. (1998), *As Barbas do Imperador*, São Paulo, Companhia das Letras.
- SODRÉ, N. W. (1994), *História da Imprensa no Brasil*, São Paulo, Mauad.

---

Recebido a 28-02-2014. Aceite para publicação a 15-12-2014.

---

MELO, V.A. (2015), “‘Pois temos touros?’: as touradas no Rio de Janeiro do século XIX (1840-1852)”. *Análise Social*, 215, 1 (2.º), pp. 382-404.

---

Victor Andrade de Melo » victor.a.melo@uol.com.br » Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de História » Largo de São Francisco de Paula, n.º 1, sala 311 — CEP 20051-070, RJ, Brasil.

---